

## **A centralidade da periferia: a dinâmica da história no espaço de Perus-SP**

Marcelo Antonio Chaves\* - PPG-UNICAMP

Através da exposição de resultados de pesquisa baseada em informações extraídas de fichas de trabalhadores, este artigo propõe uma breve reflexão sobre dois aspectos metodológicos: o potencial de fontes “áridas” como *fichas de registros de trabalhadores*, bem como as possibilidades de leitura da história através da história local.

### **A fábrica como espaço de produção e produtor do espaço**

Perus é um bairro paulistano que, articulado com a região de Caieiras e Água Fria (hoje Cajamar), formava, no primeiro quartel do século XX, uma micro-região que alimentava de cal o voraz crescimento urbano não só da cidade de São Paulo, mas, provavelmente, de todo o Estado de São Paulo.

Em 1926 é inaugurada a primeira grande fábrica de cimento do país, que, na verdade, representava a primeira peça da indústria de base brasileira. O cimento e o concreto – “pedra artificial” - são, nessa época, produtos recém-inventados e generalizados comercialmente, que provocaram um revolucionamento na construção civil (substituem com vantagens o ferro, a madeira, a pedra, o barro e outros aglomerantes) e modificaram, definitivamente, as paisagens urbanas.

Esse complexo caieiro e cimenteiro é dinamizado por aquela que é citada como a primeira ferrovia industrial do país: a Companhia Industrial Estrada de Ferro Perus Pirapora. Quando aqui instalada, a Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, então majoritariamente composta por capital privado canadense, representava o que havia de mais moderno em termos de tecnologia de produção. Um processo automático composto por máquinas e esteiras rolantes (o produto não

---

\* Doutorando em História Social do Trabalho, na UNICAMP, Campinas-SP

recebia interferência direta da mão humana) combinava-se com os trabalhos artesanais das oficinas e com o “bruto” trabalho essencialmente manual no processo de extração mineral nas pedreiras.

Todo esse complexo econômico produtor de uma mercadoria vital para o estuendo crescimento urbano de São Paulo, circunscrevia-se em um espaço relativamente isolado dos centros urbanos, o que dotava esse lugar com características próprias que produzia uma dinâmica social peculiar. A relação dos viventes desse lugar com o “resto do mundo” ocorria quase que exclusivamente através de uma esparsa comunicação pela via férrea – a São Paulo Raylwai, que ligava Santos a Jundiá.

O complexo que envolvia a fábrica de cimento (fabricação, extração, ferrovia, vilas operárias, etc.) era o principal espaço de produção, mas também o principal elemento produtor do espaço na região de Perus.

### **Manancial extraído de “áridas” fontes**

Em fevereiro deste ano defendi a minha dissertação de mestrado que tem como objeto central a fábrica de cimento e as suas primeiras gerações de trabalhadores<sup>1</sup>. O núcleo central desse trabalho foi baseado na exposição e cruzamento de dados fornecidos por 1.500 fichas de registro patronal dos trabalhadores, entre os anos de 1925 e 1945. Essas fontes aparentemente “áridas”, com descrições sucintas (nome, idade, origem, função, etc.), permitiram a organização de informações objetivas que são preciosas para a composição da história da fábrica e do espaço no qual ela se insere.

Esses dados foram agrupados em cerca de 50 tabelas que fornecem as mais diversas informações sobre a composição da força de trabalho da fábrica de cimento

---

<sup>1</sup> CHAVES, Marcelo Antonio. *Da periferia ao centro da(o) capital: perfil dos trabalhadores do primeiro complexo cimenteiro do Brasil. São Paulo, 1925-1945*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2005.

e suas pedreiras: faixas etárias, estado civil, percentual de estrangeiros, relação entre força de trabalho nacional e estrangeira, negros e brancos, grau de instrução, grau de qualificação profissional, estabilidade no emprego, diversidade salarial, origens, acidentes de trabalho, etc. Os múltiplos cruzamentos realizados com esses dados revelaram um panorama tal, que, quando relativizados diante de dados provenientes de escalas maiores (da cidade de São Paulo e do âmbito federal) foi possível perceber a íntima relação entre a história produzida no âmbito local com a história de São Paulo e Nacional.

Com os dados extraídos das fichas cheguei a um quadro de imigração feito a partir da data de chegada do trabalhador ao Brasil. Esse procedimento revelou uma estreita semelhança com o quadro de imigração das diversas nacionalidades européias ao estado de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX.

No caso da fábrica, que iniciou a arregimentação operária desde 1925, entre os estrangeiros, aparece a predominância dos trabalhadores portugueses, uma parcela pouco expressiva de italianos, uma notável presença de operários da região que hoje denominamos de “leste europeu” (Romênia, Iugoslávia, Hungria, etc.) e, o majoritário e crescente contingente de força de trabalho nacional. Entre este último grupo, destacam-se os trabalhadores negros e “mulatos”, que perfazem um total de 17,7% dos trabalhadores admitidos entre 1925 e 1945.

O caso do complexo cimenteiro em Perus flagra, portanto, o momento em que a força de trabalho nacional passa a ser requerida pela burguesia paulista que já encontrava maiores dificuldades de manter a importação de trabalhadores estrangeiros.

Entretanto, a força de trabalho nacional tornou-se opção viável devido às maiores oportunidades de trabalho que se expandiam em São Paulo, mas também porque esse fator combinava-se com a desestruturação absoluta e relativa de outras

regiões do país<sup>2</sup>. No caso da Cimento Perus, no primeiro momento, o contingente absorvido pela fábrica e pedreiras é formado pelos trabalhadores de várias regiões do estado de São Paulo e, entre eles, uma parcela significativa de negros. De fato, a historiografia aponta a década de 1920 como o período em que os negros passam a ser admitidos em grandes contingentes nas fábricas paulistas<sup>3</sup>.

Dados isolados como “cor da pele”, função, tempo de permanência na empresa, local de trabalho e salário, por exemplo, cruzados entre si, fornecem um painel amplificado de variáveis, constituindo-se em informações interessantes e surpreendentes. Na minha pesquisa pude constatar, entre outras coisas, aspectos curiosos na relação entre trabalhadores estrangeiros e nacionais e, neste último grupo, entre trabalhadores brancos e negros. Não obstante haver detectado a ocorrência de favorecimento de uns grupos em detrimento de outros, conclui que as desproporções aparecem mais como reflexo na empresa de um processo histórico mais amplo, do que, por exemplo, uma política específica discriminatória na Companhia de cimento.

Com o levantamento e cruzamento diversificado dos dados sobre salários praticados na fábrica/pedreiras, cheguei a uma importante informação que pôde ser confrontada com o salário mínimo lançado no final da década de 1930. Além de revelar um aspecto fundamental para mensurar alguns condicionantes importantes no que diz respeito à reprodução da vida naquele espaço, pudemos problematizar alguns limites da instituição do salário-mínimo, considerado um dos mais importantes legados do Governo Vargas. Como são raras as informações empíricas seguras e divulgadas sobre salários nesse período, estudos de caso dessa natureza apresentam-se como relevantes contribuições para se checar mais de perto o impacto de medidas governamentais com tal alcance.

---

<sup>2</sup> Sobre esse aspecto ver Wilson CANO, *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. S. Paulo: Hucitec, 1990.

<sup>3</sup> Verificar o livro de George Reid ANDREWS *Negros e Brancos em São Paulo (1888 – 1988)*, Bauru: Edusc, 1991.

Os dados cruzados sobre acidentes de trabalho, revelando índices exorbitantes de ocorrências lesivas entre os trabalhadores, fornecem informações empíricas diversificadas que poderão sustentar análises de fenômenos como esse que, aliás, é muito pouco abordado pela historiografia que trata das condições de trabalho e de vida dos operários.

Se tomarmos apenas as fichas de 1936 a 1947 e dividirmos a quantidade de acidentes pelo número de operários contratados, isso daria uma incrível média 73% de operários acidentados<sup>4</sup>.

A minha pesquisa demonstra a proficuidade desse tipo de fonte primária, aparentemente limitada, que traz informações muito objetivas e “frias”, mas que, se bem aproveitada, fornece um manancial de informações preciosas, capazes de alimentar análises as mais diversas.

### **O local e a história**

Estudar o “mundo” de Perus e região, à essa época, condiciona a escrita no que se convencionou chamar de “história local”, que, aliás, muitas vezes se confunde com a história daquilo que é marginal ou pitoresco, ou ainda como o local privilegiado para estudos do “cotidiano”.

Não obstante a importância econômica da região e seus acontecimentos pioneiros, o isolamento geográfico relegou Perus a uma região pouco importante para o estudo, tendo em vista ser ela fracamente povoada e distante do efervescente centro político (e operário) paulistano.

Perus não é apenas um “local” distante e pertencente à capital paulista. É também um “bairro”, com aquelas características descritas pelo olhar antropológico de Pierre Mayol<sup>5</sup>:

---

<sup>4</sup>CHAVES, Marcelo. *Da periferia...*, p. 186.

<sup>5</sup> DE CERTEAU, Michel. GIRAD, Luce e MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano*, vol. 2. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 42.

Pelo fato do seu uso habitual, o bairro pode ser considerado como a privatização progressiva do espaço público. Trata-se de um dispositivo prático que tem por função garantir uma solução de continuidade entre aquilo que é mais íntimo (o espaço privado da residência) e o que é mais desconhecido (o conjunto da cidade ou mesmo, por extensão, o resto do mundo).

Esse traço de *privatização* a que o autor se refere está ligado à condição de usuário do cidadão, pois é o bairro o *reduto do indivíduo*, onde o *espaço* se revela sob o aspecto de *lugar*. Entretanto, em Perus essa privatização tem sentido mais forte e diverso do descrito por Mayol. O espaço produzido ali, a partir da dinâmica do capital, aproxima-se também do caso estudado por José Sérgio Leite Lopes<sup>6</sup>, onde o espaço privado fabril capitalista penetra até no “reduto do indivíduo”, em sua moradia, nas vilas operárias:

... a forma de disseminação da fábrica-vila operária tem por característica o controle direto da força de trabalho não somente na produção, mas também em outras esferas da vida dos trabalhadores fora da fábrica, através principalmente da moradia (...) Essa abrangência se manifesta não somente pelo fato da Companhia dar acesso ao trabalho e à casa simultaneamente, assim como o acesso a um trabalho complementar (...) e ainda mais por administrar a circulação de bens de primeira necessidade dos trabalhadores.

Essas características descritas por Lopes se enquadram nos moldes de controle da fábrica de cimento em Perus, ainda que o caso desta não assuma as proporções da pernambucana *Companhia Paulista*.

Além da característica de lugar e de bairro, Perus é também um *subúrbio* (afastado) de São Paulo. Isso quer dizer que as feições urbanas do lugar são partilhadas, de forma contraditória, com as características de ambiente rural. Por exemplo: os ritmos e noções de temporalidade tipicamente fabril-capitalista (horários regulares, ritmo intenso de trabalho, etc) se cruzam conflituosamente com uma paisagem mais “lenta” que acompanha o ritmo da natureza, do subir a montanha, acompanhar o rio, etc.

---

<sup>6</sup> LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*. São Paulo: Marco Zero/Editora UNB, 1988, p. 38.

Para José de Souza Martins a história do subúrbio é uma *história circunstancial*.

O que permite resgatá-la como História? A junção dos fragmentos da circunstância – quando a circunstância ganha sentido, o sentido que lhe dá a História. É nesse sentido, que a escala de tempo da história local não é a mesma escala dos grandes processos históricos. Por isso mesmo, os agentes e personagens da história local não podem captar imediatamente o significado histórico de suas ações, de seu trabalho e, até, de suas lutas<sup>7</sup>.

No entanto, a minha pesquisa mostra uma outra dimensão do uso da escrita da história local, onde o espaço aparece com as marcas de subjetividades compartilhadas por indivíduos no ambiente (intersubjetividade) – o *espaço* como *lugar* - mas também onde o espaço aparece na sua dimensão material e que reproduz a totalidade social. Dito de outro modo, a história de Perus e região é história local porque singular, dotada de dinâmica e características particulares, mas é também história paulista e nacional, quando revela o movimento de internalização da dinâmica mais geral da história, no caso, determinada pelo movimento do capital que, já àquela época, atua no plano mundial.

A minha pesquisa demonstra com clareza, por exemplo, como os professores daquela região podem se utilizar de toda a potencialidade oferecida pela história de um *lugar* permeado de memórias que envolvem os seus alunos – que aparece com força sob a imaterialidade da tradição oral, ou materializada em vários monumentos abandonados ou esquecidos – para, justamente, orientar o estudo da história de São Paulo e do País.

Mas, lembra-nos bem José de Souza Martins:

A história local não é necessariamente o espelho da História de um país e de uma sociedade. A história local não é e não pode ser uma história-reflexo, porque se o fosse negaria a mediação em que se constitui a particularidade dos processos locais e imediatos e que não se repetem, nem podem se repetir, nos processos

---

<sup>7</sup> José de Souza MARTINS, *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo. São Caetano, do fim do império ao fim da República Velha*. Hucitec, Prefeitura de S. C. do Sul, 1992, p. 13.

mais amplos, que com mais facilidade poderíamos definir como propriamente históricos<sup>8</sup>.

Tudo isso faz de Perus (e região) um lugar singular, de uma história ímpar, produtora de acontecimentos únicos, mas que se repetem e se tornam plurais no conjunto da história de São Paulo. Fenômenos singulares que, transformados em números, apresentam regularidades capazes de produzir generalizações. O que torna a história de Perus também história de São Paulo e do País.

### **Conclusão**

A minha pesquisa, não obstante observar o espaço a partir da redução de escala, não se enquadra no que se convencionou chamar de “micro-história”, pois o meu trabalho não se preocupa com uma descrição tão “densa” como fazem os “micro-historiadores”.

Do ponto de vista metodológico, se sobressai no meu trabalho a interpenetração do local e do geral, a relação dialética entre o todo e a parte. Trata-se de uma história de uma região a partir de sua periferia, contrariando a maior parte dos estudos, onde a história da cidade de São Paulo se faz (e assim é escrita) do centro para a periferia.

O meu trabalho não dissocia de forma mecânica a economia, a política, a cultura e a subjetividade. Esses aspectos se interpenetram e se alternam como fatores determinantes de acontecimentos e fenômenos. Assim como os homens são passíveis de coisificação, também as coisas, muitas vezes, aparentam-se sob a condição de *sujeitos* a determinar comportamentos humanos. Nesse sentido, entendo que os historiadores “economicistas” precisam enxergar para além do fluxo das coisas (mercadorias), e, por outro lado, os historiadores sociais precisam enxergar as “gentes” (relações sociais) que se escondem nas coisas e seus fluxos.

---

8 MARTINS, José de Souza. *Op. Cit.*, p. 12.